



# Anais da Assembléia

Nº 77

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 04 DE AGOSTO DE 1975.

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 1975

(SEGUNDA - FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio secretariada pelos Srs. Deputados Mauricio Fruet e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fidelcino Tolentino, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Fuad Nacli, Jaime Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Soares, Werner Wanderer e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### MENSAGEM

27/75

Curitiba, 25 de junho de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 22 de maio de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul SUDESUL, e o Município de Foz do Iguaçu, com a interveniência do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a implantação do "Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida a apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

28/75

Curitiba, 1º de julho de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins

constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva constituir sob a forma de Empresa Pública a EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ - EMOPAR, vinculada à Secretaria de Estado da Administração, destinada a planejar, organizar, executar e dirigir as atividades relacionadas com o projeto, a construção, reparo, ampliação, conservação e manutenção de prédios, obras e equipamentos de interesse público.

Altamente significativo, o Plano de Lei ora submetido à essa Augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que a medida cosunstanciada visa dotar o Estado de novo órgão capaz de desenvolver e dinamizar as atividades do Setor de Obras Públicas, dentro de modernos conceitos administrativos, conforme preconiza a Lei 6636, de 29 de novembro de 1974, que fixa normas para a modernização administrativa do Paraná.

Com maior dinâmica e amplitude de ação, caberá à EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ - EMOPAR, estabelecer uma sistemática de absorção das atividades ora executadas pelo Departamento de Edificações e Obras Especiais, autarquia, que será, nos termos da Lei 6636/74, transformada em órgão de outra natureza, para atuar em campo distinto daquele que se pretende atribuir à Empresa cuja criação é proposta.

Em consonância com o propósito governamental de administrar por objetivos, possibilitará à EMOPAR, ao lado do aumento da eficiência operacional e de um melhor planejamento para o futuro, avaliação constante dos resultados obtidos, determinando onde chegar e como fazê-lo, assim como a revisão e a racionalização dos trabalhos, no sentido da realização plena dos objetivos traçados. Como decorrência, conduzirá ela a pesquisas que visem a melhoria da construção, seu barateamento e melhor adequação dos projetos às suas finalidades, apresentando-se, pois, a Empresa, como instrumento prático para atender às necessidades crescentes do setor e ao desenvolvimento constante do Estado, no campo das obras públicas.

Gozando de isenção tributária estadual, terá a Empresa de Obras Públicas do Paraná, um capital de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), constituído integralmente pelo Estado, capital esse que poderá ser integralizado mediante dotações orçamentárias consignadas em um ou mais exercícios financeiros, créditos especiais ou incorporação de bens do Estado.

Adotando a Legislação Trabalhista como regime jurídico do pessoal, a EMOPAR poderá utilizar servidores estaduais, postos à sua disposição pelo Governador, os quais conservarão o regime a que estiverem sujeitos e serão considerados como em efetivo exercício no Estado, para todos os efeitos.

Para atender as despesas de implantação e manutenção das atividades da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, no corrente exercício financeiro, o presente Plano de Lei autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), podendo cancelar, para tanto, conforme estabelece legislação federal em vigor, recursos de igual valor no vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado.

29/75

Curitiba, 01 de julho de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins cons-

titucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 18 de abril de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, o Município de Rondon, com a interveniência do Estado do Paraná, através da Coordenação de planejamento Estadual, objetivando a realização das desapropriações e permutas de imóveis previstas pelo "PROJETO DE CONTROLE DA EROSAO NA CIDADE DE RONDON".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— A Comissão de Constituição e Justiça

31/75

Curitiba, 01 de julho de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 14 de março de 1975, pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Interior e de Saúde e Bem Estar Social, com o município de Japurá, objetivando a execução da 2ª fase da construção do prédio destinado à Unidade Sanitária da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

32/75

Curitiba, 01 de julho de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo de 22 de maio de 1975, ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, em 15 de dezembro de 1972, objetivando o prosseguimento e implantação do Sistema Estadual de planejamento.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

33/75

Curitiba, 01 de julho de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 19 de junho de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, e da Secretaria do

Interior, com o Município de BARRAÇÃO, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado.

## OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 135 e 136/75, do Sr. Governador do Estado, no qual comunica haver VETADO INTEGRALMENTE, os projetos de lei n.ºs:

157/74:

Do Sr. ex-Deputado ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA, que visa declarar de Utilidade Pública o 1.º de Maio Esporte Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba. — À C.C.J. 266/73:

Do Sr. Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT, que visa criar uma Escola Normal de Grau Colegial, no Distrito de Tamarana, no Município de Londrina. — À C.C.J.

Do Sr. PAULO CRUZ PIMENTEL, no qual agradece a esta Casa em seu nome e dos familiares; os votos de pesar recebidos pelo passamento do Sr. João Lunardelli. — Ao conhecimento da Casa.

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. MARCOS CARRILHO GARCIA, Presidente do Diretório Municipal do MDB de Formosa, ocorrido no dia 15 de julho próximo passado, em lamentável acidente.

Outrossim, após aprovado o presente, solicito que seja dada ciência à família enlutada na pessoa da Sra. ROSA CARRILHO, residente em Jesuítas, distrito de Formosa.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1975.

a) EDILSON ALENCAR.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, solicitando que S. Exa. se digne determinar a urgente distribuição de carteiras escolares, bem como reformas nos seguintes prédios estaduais no município de São José dos Pinhais: — Ginásio Estadual Costa Viana; Escola Normal Henrique Pestalozzi, Grupo Escolar Olavo Bilac, Grupo Escolar Padre Arnaldo Jansen e Grupo Escolar Silveira da Motta, onde funciona o Colégio Comercial Estadual Dr. Roque Vernalha.

Os referidos estabelecimentos de ensino estão necessitando do solicitado já há algum tempo, pois principalmente pela ausência de carteiras escolares, os alunos estão assistindo as aulas em banquetas improvisadas.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1975.

a) MAURICIO FRUET.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no Plano Estadual de Estradas Vicinais, a ligação seguinte:

Guaraniaçu, Campo Bonito, Sertãozinho, Agrimpo, Gleba Doze, ligando ao Município de Corbélia e Campina da Lagoa, Vera Cruz até Rio Piquiri.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1975.

a) ALFREDO GULIN

#### JUSTIFICATIVA:

Esta região é grande produtora de milho, feijão, soja, sendo este último produto preponderante na economia nacional, trazendo divisas ao Brasil, pelos corredores de exportação.

Entretanto, tal região, bastante acidentada, está privada de inter-ligações municipais, condizentes com as necessidades, pois existem estradas, mas em precaríssimas condições de tráfego, chegando a ficar intransitáveis na época de chuvas, o que sem dúvida isola as cidades umas das outras, acarretando sérios prejuízos à agricultura.

Assim, para uma solução mais urgente, devem ser efetuadas primeiramente ligações com estradas vicinais, para que em futuro próximo, sejam feitos planos de pavimentação definitiva.

Desta forma, solicitamos dos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação do presente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja endereçado ao Sr. Presidente da República, STF, Senado Federal, Câmara Federal, DAB, ABI, CNBB, Forças Armadas, a título de sugestão, uma cópia autêntica do pronunciamento, nesta data, proferido pelo subscritor.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1975.

a) NILSO SQUAREZI

#### PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei nº 93/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL, sociedade civil com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975.

a) IVO THOMAZONI.

#### JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Futebol é uma entidade que, por si e através das Ligas e Associações a ela filiadas, serve à coletividade paranaense em todo seu território, tendo, atualmente, jurisdição sobre cento e setenta municípios, onde coordena, promove e incentiva a difusão e o aperfeiçoamento do futebol amador e profissional e, consequentemente, a cultura física e o espírito associativo.

A própria Legislação (Decreto-Lei nº 3199, de 14 de abril de 1941), reconhece que as federações desportivas brasileiras exercem uma função de caráter patriótico e, de modo mais acentuado, as futenolísticas, uma vez que o futebol, por consagração nascida de texto legal, constitui no desporto básico e essencial do País.

Por ser o esporte das massas, do futebol derivam outras atividades lícitas, e a ele correlatas, tornando sua prática um elo socializante do povo brasileiro.

A Federação Paranaense de Futebol preenche os requisitos legais e necessários para que, através de ato legislativo, possa ser declarada de utilidade pública, a saber:

I - É uma entidade exclusivamente nacional, sem ramificação alguma no exterior, e obrigatoriamente dirigida por brasileiros;

II - Tem Estatuto próprio, aprovado pelo Conselho Nacional de Desportos e homologado pelo Ministério da Educação e Cultura, e que, em obediência a lei dos registros públicos, achase devidamente transcrita, sob o número 1301, no Livro "A" do 1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, possuindo assim, personalidade jurídica;

III - Ultrapassa de há muito o limite mínimo de três anos de efetivo e ininterrupto funcionamento dentro das normas estatutárias que o regem, uma vez por essa existência legal data do ano de 1937, com as modificações posteriormente introduzidas por Assembléias Gerais em 14 de outubro de 1963, 06 de julho de 1966 e 17 de agosto de 1970;

IV - Os cargos diretivos da Federação Paranaense de Futebol não são, a qualquer título remunerados, proibição essa emanada do artigo 50 do referido Decreto Lei, que instituiu o Conselho Nacional de Desportos;

V - A Federação Paranaense de Futebol não distribue lucro, bonificação ou vantagens monetárias a seus dirigentes, sendo todo seu orçamento convergente no sentido de proporcionar maiores possibilidades na prática do esporte nacional. A receita líquida que deriva do Departamento de futebol profissional e carregada como fonte de incremento à atividade amadora da mesma modalidade esportiva e que, atualmente, é exercitada por aproximadamente mil e seiscentos atletas devidamente inscritos nesta categoria;

VI - Os dirigentes da Federação Paranaense de Futebol e de seus departamentos são pessoas de folha corrida ilibada e moralidade comprovada.

A declaração de utilidade pública traz para a Federação Paranaense de futebol apenas a obrigação de fazer publicar anualmente o demonstrativo da receita e despesa do período anterior, desde que nesse período tivesse sido contemplada com subvenções dos poderes públicos ou de entidades particulares, e, também, a obrigação de manter inalteradas as condições mínimas que autorizam ser ela considerada como tal.

A utilidade pública é o modo de ser daquilo, cuja finalidade o governo reconhece como de interesse ou benefício da coletividade, e lhe concede certas regalias. São dessas regalias e benefícios que a Federação Paranaense de Futebol necessita para, a exemplo de outros Estados - muitos deles de menor expressão econômica e demográfica que o Paraná - poder ampliar sua esfera de atuação, dando a seus atletas, e também à platéia esportiva que os estimula, um estádio condizente com a pujança paranaense. Daí porque se justifica amplamente conferir o caráter de utilidade pública.

Projeto de Lei nº 94/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de Paraíso do Norte, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1975.

a) PAULO CAMARGO

# JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, da cidade de Paraíso do Norte, presta, desinteressadamente, relevantes serviços à coletividade, visando a educação e a integração do deficiente mental, auditivo, visual e motor.

Preenche a entidade, que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, todos os requisitos necessários e legais para esse fim.

Assim é que verificamos, pela documentação anexa, que a APAE de Paraíso do Norte atende às especificações exigidas pela Legislação Federal (Decreto 50.517, de 2 de maio de 1961), bem como pela Estadual (Lei 4399, de 17 de agosto de 1961), pois não tem fins lucrativos, não distribui lucros ou dividendos de qualquer espécie, não remunera nenhum de seus Diretores e presta desinteressadamente serviços à coletividade.

Dai esperamos contar com a elevada compreensão de nossos nobres Pares, para aprovação do presente Plano de Lei.

O SR. PRESIDENTE ) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, primeiro orador inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante o período de recesso do mês de julho, a Comissão Especial para a implantação do Polo Petroquímico continuou em atividade permanente.

Queremos nesta segunda sessão, praticamente, de atividade plena, antes de entrarmos no mérito do nosso pronunciamento, cumprimentar os nossos companheiros de Casa de Lei, pela volta ao trabalho, neste segundo semestre do ano.

Mas, a Comissão Especial da qual sou o Presidente, após haver recebido nesta Casa contribuições de técnicos que trabalharam na implantação do Polo Petroquímico, para que a implantação fosse trazida ao Paraná, chegou à conclusão de que esta Comissão devesse se pronunciar diretamente junto a V. Exa. o Sr. Presidente da República, e o fez, nos seguintes termos, motivo pelo qual assomamos à tribuna na tarde de hoje. (Lendo):

“A Comissão Especial de Implantação do Polo Petroquímico no Paraná.

Senhor Presidente.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ciente da transcendental importância da implantação de um novo Polo Petroquímico no País, constituiu uma Comissão Especial com o objetivo de acompanhar os estudos e a definição da localização do mesmo.

A Comissão Especial consubstancia sua posição nos seguintes tópicos:

1 – O Paraná oferece todas as condições para sediar o futuro polo, quer do ponto de vista de infra-estrutura, quer de disponibilidade de matéria prima, bem como de um mercado de consumo local e regional.

2 – Os critérios de localizar um complexo petroquímico só podem fundamentar-se em argumentos técnicos, motivo porque a Comissão escolheu este caminho.

3 – Outras Unidades Federativas, certamente por fragilidade de razões, enveredaram pela senda política buscando atrair a sede para seus Estados.

4 – Unindo a sua voz àqueles que postularam para o Paraná a implantação do Polo, a Comissão endossa o projeto do Governador do Paraná e coloca sua manifestação não em termos de simples reivindicação, mas também de colaboração com o Governo Federal.

5 – A manifestação da Comissão Especial e consequentemente do Poder Legislativo, que a deliberação final seja de caráter técnico, visando um desenvolvimento harmônico e homogêneo da Pátria, embasada na justiça distributiva.

Alicerçados nos argumentos técnicos, confiantes no desfecho de V. Exa., convictos do alto sentido de justiça, unidos

ao trabalho do Governador, manifestamos a nossa reivindicação e aguardamos com tranquilidade a palavra final, esperando merecer a honra de sediar o Polo Petroquímico.

Atenciosamente,

a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – Presidente

MAURICIO FURET – Vice-Presidente

JORGE SATO – Membro da Comissão

ARAGÃO DE MATTOZ LEÃO – Membro da Comissão

LINEU TURRA – Membro da Comissão

Muito obrigado, Sr. Presidente. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deveríamos no início deste período, depois do fenômeno que quase exterminou a nossa lavoura cafeeira, tirando por completo toda a produção de 76-77, deveríamos hoje, fazer um relato da situação em que se encontram os nossos cafeicultores do Paraná, mas depois de um trabalho realizado por S. Exa. o Sr. Governador do Estado do Paraná, que, com dinamismo e entusiasmo, com a confiança no nosso povo percorreu todo o Estado incentivando nossos cafeicultores para reabilitação de nossa lavoura, nada mais resta que o apelo para a União, e confiança em nossos Governo, no Presidente da República, e não só no Instituto Brasileiro do Café, que dará todo o apoio à nossa lavoura cafeeira, para se recuperar, para que o Paraná possa recuperar, como sempre, com a maior porcentagem de contribuição, oferecendo maior fonte de divisas em nosso País.

Mas, é preciso que neste momento, façamos um apelo a S. Exa. o Sr. Secretário de Agricultura, pois todos nós sabemos a disposição do Governador do Estado, de dar todo apoio ao cafeicultor.

A Secretaria de Agricultura está providenciando sementes e procurando facilitar da melhor maneira possível, os cafeicultores, mas nós sabemos da exploração em nosso Estado, na venda de sementes, tendo, na minha região, ocorrido a venda a oitenta cruzeiros o quilo do café despulpado para o plantio.

Por isso nós fazemos nesta tarde, um apelo a S. Exa. o Sr. Secretário que, com urgência, faça com que a Café do Paraná possa adquirir, de outros Estados, a semente, para facilitar o atendimento aos cafeicultores que queiram fazer seus canteiros próprios e também os proprietários de viveiros para que possam renovar e oferecer condições, àqueles que queiram fazer a erradicação e plantar em novas condições técnicas, sem dificuldades na aquisição de mudas.

Mas, não poderíamos deixar de congratularmo-nos com o Diretor da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, numa campanha, distribuindo cartazes pela cidade de onde fala da receita para a geada, como “A Geada foi apenas um fenômeno. Não fale em crise. Evite pensamentos e conversas Pessimistas. Continue seu trabalho normalmente. As opções no Paraná de hoje são infinitamente maiores que as de 20 anos passados: a indústria, o comércio diversificado, o trigo, a soja, o feijão, o milho, os serviços, Unamo-nos em novos empreendimentos com decisão, compreensão, humanismo e esperança. O Paraná será sempre verde, verde, verde”.

Esta é uma promoção que fez o Diretor da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, de Apucarana, com quem nós congratulamos, pela iniciativa, certos de que o Paraná haverá de voltar a ser o maior produtor do Estado no setor cafeeiro.

E a só. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Com a palavra, o Sr. Deputado Lúcio Machado, terceiro orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que o Paraná tem vivido a pior estrada dos últimos tempos.

Antes, falava-se aqui desta tribuna, constantemente sobre erros administrativos. Aqui ouviamos todos os dias, queixas, reclamações, contra desonestos delegados de Polícia.

No dia 22, do mês passado, quando esta Casa está em recesso, a "Tribuna do Paraná" publicava tentativa de homicídio, dentro do gabinete de uma das delegacias de Curitiba.

O criminoso, que era chamado pelo delegado para prestar depoimento, teve a livre, a alta concessão de penetrar no gabinete do delegado, armado e ali desferir em sua vítima dois tiros à queima-roupa. E hoje nós, vemos, na "Tribuna do Paraná", denúncia que faz a advogada Salete Lins de Alencar contra o delegado de Polícia, que permitiu que Mahana Nassar desferisse dois tiros em sua amásia Helena de Oliveira, dentro do seu próprio gabinete.

Diz aqui a advogada que estava presente ao suceder o crime, declarando que as afirmações do delegado Juarez Ferreira Porto, publicada na imprensa, contém distorções manifestadas quanto ao fato, ao seu comportamento. Na realidade, afirma ela, aquele delegado se exorbitava ao cuidar de assunto que não lhe competia, agindo dissimuladamente em benefício do criminoso, conforme observa o relato dos fatos.

Segundo a advogada, Dra. Salete, este delegado recebia do criminoso pagamento para fazer com que a sua amásia obedecesse de todas as formas, chegando a permitir mesmo, que o criminoso penetrasse no seu gabinete para um inquérito que fugia à sua competência, e ali, desferisse, em sua amásia, frente ao nariz do delegado dois tiros na sua vítima, que se encontra em estado desesperador no hospital.

Não sabemos se fatos desta natureza, e menos pior ou é pior do que a geada que assolou o Paraná, porque a geada que assolou o Paraná, segundo podemos observar, redobrou no sentimento do valente trabalhador deste Estado, a vontade de reconstruir através de sua luta e de seu sacrifício, o celeiro deste Estado que sempre foi o celeiro deste País.

O que é triste, é sabermos que cada delegado de Polícia, com raríssimas exceções neste Paraná, desserve a justiça, dando condições para que injustiças como estas sejam cometidas constantemente nos quadros da Polícia do nosso Estado.

Peço, Sr. Presidente, que a mesa anote, e dê conhecimento de nosso pronunciamento que é, acima de tudo, o pronunciamento do povo do Paraná que se sente prejudicado em sua situação de segurança.

O fato ocorreu a 22 de julho e é uma violência contra a própria dignidade do poder de segurança deste Estado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA Sr. Presidente, Srs. Deputados. Dizíamos aqui, no dia 13 de maio, que a situação do trabalhador rural era de penúria.

Agora a "Folha de Londrina" publica em editorial do qual vemos e vamos ler alguns trechos para que os Srs. Deputados verifiquem a posição de nosso trabalhador rural.

Diz o editorial: "O que a geada trouxe, fundamentalmente, foi a oportunidade para se apresentar de corpo inteiro a situação desses trabalhadores, que vivem, hoje, em condição pior do que a dos escravos que, antes de 1888, trabalhavam a terra. Ao tempo da escravatura o trabalhador era propriedade do senhor da terra. Como "coisas", não recebia salário, equiparava-se a um animal, mas tinha comida, abrigo, assistência. Não por motivos caridosos, mas por interesse, o senhor dos escravos tinha de tratá-los de maneira adequada, para que ficassem fortes e saudáveis, a fim de produzir. Hoje o "boia-fria" é livre, ganha salário, mas este é de fome. Não tem condições de comer, de morar, de viver. Tem a liberdade física, mas não recebeu a dignificação

humana, que é o apanágio da liberdade. Sua situação, sob certo aspecto, é pior do que a do escravo".

Sr. Presidente, dizíamos, em nosso discurso pronunciado em 13 de maio, quando falávamos a respeito da escravatura em nosso país, que muitos de nossos trabalhadores poderiam ser comparados aos escravos de 1888.

E o editorial da "Folha de Londrina", um jornal que nasceu no café, cresceu na maior região cafeeira do mundo, mostra a situação dos trabalhadores de nossa região.

Nosso Brasil, Sr. Presidente, há bem pouco tempo possuía dois bilhões de pés de cafés. Antes da geada, graças à má política cafeeira imposta em nosso país. Os trabalhadores foram erradicando os cafezais, até ficarem 900 milhões de cafeeiros. E temos a certeza de que destes 900 milhões, apenas a metade será recuperada dentro de dois, três ou quatro anos, já que o prejuízo foi quase total para nossa cafeicultura.

Aguardamos das autoridades de nosso País, providências para que os trabalhadores de nossa terra não fiquem mais marginalizados do que já estão.

São estas as nossas palavras no dia de hoje. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Nilso Squarezzi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna com a pretensão de trazer a esta Casa, e principalmente aos poderes da Nação, uma interpretação do atual momento político que atravessamos.

Ainda na última sexta-feira, o mundo político do Brasil se reuniu em torno dos meios de comunicação para assistir a fala presidencial e ter um balanço e um relato do que acontece hoje no Brasil.

Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, aparentemente sem motivo, veio e sentiu a necessidade de se comunicar com a Nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, elaborei um trabalho que, nesta tarde, tomando o precioso tempo de V. Exas., desejo submeter à apreciação da Casa. (Lendo):

"O Povo Brasileiro, produto de um caldeamento, sem precedentes na história da humanidade, tem um modo "sui generis" de vencer suas crises e dificuldades. É assunto de literatura, o tão decantado "jeitinho brasileiro" de resolver as coisas. Isto se deve às várias influências raciais que forjaram o homem brasileiro, e fortemente continuam a influenciá-lo, pois que ainda hoje, aportam de todos os quadrantes do mundo, novos imigrantes que aqui pretendem se radicar e absorver o nosso "modus vivendi".

E é dentro desta perspectiva de nação cosmopolita que precisamos, em termos definitivos, dar ao mundo de hoje um novo conceito de brasilidade. Indiscutivelmente, vivemos num regime de exceções e por isso pagamos caro o conceito que fazem de nós as demais nações. Todavia não é menos verdade, que sem termos a plenitude de um Estado de Direito, damos mostra de liberdade tão essenciais à pessoa humana, que muitas nações tidas como em regime constitucional e até democrático, não conseguem fazê-lo. As últimas eleições - pela forma como foram feridas - invejaram as mais adiantadas nações democráticas. Embora a Oposição tenha saído vitoriosa nas últimas eleições, a vontade popular não se traduziu e nem se fez cristalizar nas instituições políticas do Brasil.

Continuamos em regime de exceção.

De um lado o Povo, através de seus representantes, pela via legal e democrática, tenta reconduzir a Nação à sua normalidade constitucional e de direito. De outro lado, o Governo como o fez ainda na última semana o Senhor Presidente da

República, insistindo de que não abrirá mão dos poderes excepcionais que se auto-outorgou.

Aliás, o sistema instaurado no País, neste aspecto tem sido de uma coerência notável depois de serem impingidos os atos institucionais. Falou-se em distensão política e depois de algum tempo procura-se, uma nova conceituação, para dizer-se que distensão seria também formas administrativas. Todavia, acreditamos que existem razões até de ordem histórica para exigirmos que o País volte à constitucionalidade e para contribuir, neste sentido, é que assumo a tribuna desta Casa, apresentando uma sugestão, de como poderemos encontrar o caminho e a volta da situação do Estado de Direito.

Antes, porém, será válido, algumas considerações sobre a história constitucional.

Nos 150 anos de independência brasileira, tivemos nada menos do que 15 Constituições, valendo dizer, que na média de vigência, cada constituição teria uma vigência de 10 anos. Porém, uma característica marcante e definidora mesmo de nossas Constituições, ressalta à primeira vista de qualquer análise histórica ou política.

As Constituições brasileiras, sempre apresentaram a predominância ou o pensamento de um grupo ou das minorias que detinham em determinado momento histórico, o poder da Nação. Tudo começou, logo após a própria independência, quando em 1823, o Imperador dissolveu a Assembléia Constituinte, com um ato de força e arbítrio. Isto gerou a jurisprudência que se estabeleceu nos sucessivos governos que tivemos inclusive no atual.

A cada conquista social, quer na ascensão de novos estágios de cultura e evolução política, teve a Nação uma Carta Constitucional, mas nenhuma delas teve a condão de representar a essência da alma e do sentimento de brasilidade, através dos tempos. Verdade que o Estado separou-se da Igreja, que a escravidão foi abolida, que a tripartição dos poderes e a equiparação dos direitos da mulher deram uma nova conceituação do Estado. Porém, não é menos verdade que à medida que a evolução se apresentou num aspecto regrediu no outro. Hoje temos uma legislação trabalhista das mais avançadas do mundo, porém e infelizmente para nós, é o Brasil que restringiu e praticamente tornou nulo o mais poderoso remédio jurídico que a evolução cultural da humanidade conseguiu conquistar. Refiro-me às dimensões a que ficou o "Habeas-Corpus".

Hoje, o Governo e Povo se empenham para tornar esta Nação um país desenvolvido e que se recupere do tempo perdido. De um lado o Governo exigindo do povo um sacrifício para recuperação e de outro este povo, com despreendimento e até sem relutâncias, aguentando firme e elevado onus que atravessa, sempre porém na esperança de melhores dias. Todavia o desenvolvimento e segurança do Estado, não podem se tornar um objetivo único, pois o pressuposto de todo o Estado Democrático, deste que concebemos como válido, e a fixação de princípios legais em que todos estejam subordinados ao império da lei e do Direito. É o Estado de Direito. É a vigência de uma lei maior que se distinga das leis comuns. Enquanto estas servem para que o Estado governe, a Constituição é a fixação dos limites em que o próprio Estado é governado. Vai daí, que a Lei Maior, a que governará o próprio Estado, tem que representar a expressão fiel do povo que adotou e defende este Estado. Tal legitimação só pode ser concebida de uma única e exclusiva forma: uma Constituição que seja a expressão da vontade comum do povo brasileiro, uma Constituição que consulte os novos objetivos que se empenha a Nação, mas que não se afaste da tradição democrática e jurídica do nosso povo.

Convém lembrar que em 1932, o vigoroso Estado de São Paulo, se levantava em armas para exigir o retorno constitucional da Nação. O exemplo histórico deve nos orientar e conscientizar o próprio Governo da imperiosa necessidade de fixarmos o Estado de Direito.

Entendemos pois, Senhores, que somente através de uma Assembléia Constituinte, se conseguirá formular uma constituição que realmente absorva todas as nossas aspirações. Inúmeras sugestões e reformas têm sido propostas. Todas elas, porém, destinar-se-iam a serem examinadas pelo Congresso Nacional, que no entendimento da maioria é a verdadeira "caixa de ressonância das aspirações brasileiras".

Porém, uma Constituição, como já dissemos não é uma Lei Comum, envolve uma gama infinita de implicações e circunstâncias que ao homem mediano e comum, como é a grande maioria do nosso Congresso, não estaria, salvo melhor entendimento, à altura de traduzir nos princípios jurídicos e sociais que a Nação se deve orientar. Defendo, Senhores, uma idéia pessoal, fruto da experiência e da convivência com o nosso mundo parlamentar, de que o constituinte deve ser realmente um homem do povo, mas primordialmente e antes de tudo, um homem preparado para a tarefa legislativa de elaborar uma Constituição. Tal preparo não será possível se este homem não tiver os conhecimentos jurídicos e sociológicos, que apenas uma pequena faixa dos nossos homens públicos possuem. Sugerimos pois que o constituinte seja inicialmente um jurista e também um sociólogo, pois conhecedor de dinâmica histórica e da realidade social que nos cerca, tenha a capacidade cultural e a bagagem humana suficiente para traduzir no papel os princípios que a Nação necessita, de tal forma que tanto governo como governados, possam, a eles serem subordinados, para encontrarem o grande futuro que nos aguarda.

O Brasil, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem que eleger uma Assembléia, a fim de que voltemos ao Estado de Direito.

Aqui, vai pois a modesta sugestão que nos permitimos apressetar e requerer a fim de que seja endereçada aos poderes da Nação, com o objetivo exclusivo de ajudar na solução do impasse existente.

Aproveitando-se as próximas eleições municipais, sem quais quer despesas para a Nação, ao eleger os vereadores e prefeitos todos os brasileiros, fariam a indicação dos CONSTITUINTES.

Este, seriam apresentados pelos partidos políticos, porém obedecendo a uma seleção prévia. Para ser deferido o Registro do candidato a Constituinte, teria ele que dispor de ensino superior e comprovadamente de conhecimentos jurídicos e sociológicos. Com esta medida, estaria assegurada a alta envergadura da Assembléia Constituinte, que seria formada pela representação de todos os Estados brasileiros. Cada Estado teria uma representação que seria escolhida numa eleição por voto direto e secreto, legitimando-se por consequência a vontade popular, pois prévia e antecipadamente este Constituinte teria que se identificar ao povo, para receber dele a delegação expressa de por ele falar e escrever uma Constituição.

Por outro lado, tendo os partidos a possibilidade de indicarem os candidatos, seria o verdadeiro teste que se submeteriam para realmente serem caminhos democráticos a alcançar os objetivos nacionais ou estariam fadados ao fracasso.

Esta Constituição teria um mandato pré-fixado e sua única atividade seria a elaboração da Lei Maior, que traduzida em projeto seria submetido por um plebiscito a toda a Nação, nas eleições de 1978, quando novamente o povo será convocado a renovar os quadros parlamentares e seguindo as atuais disposições, eleger os novos Governos Estaduais.

Aprovada a Constituição pela consulta direta ao povo, entraria imediatamente em vigor quando da posse do novo Presidente da República".

O SR. GABRIEL SAMPAIO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Meu nobre e prezado companheiro Nilso Squarezi, acompanho com atenção o discurso de V. Exa. mas não poderia deixar de interrompê-lo porque conheço a formação de V. Exa., de espírito liberal, pois, lutamos ombro a ombro nos bancos univer-



sitários, e vejo que nós, com a afirmação de V. Exa., estamos de certa forma saindo do chão, dando asas à imaginação e procurando fórmulas utópicas de difícil ou, talvez, na conjuntura atual, de impossível colocação.

Nós todos que acompanhamos, como V. Exa., o discurso do Sr. Presidente da República na última semana, verificamos que, juntamente com a geada que assolou o Paraná, o Sr. Presidente da República também, como uma espécie de geada, esfriou profundamente o âmbito político da Nação, ao afirmar que não abriria mão dos atos de exceção que fundamentam a Revolução de 1964. Portanto, Sr. Deputado, eu acho que o momento atual, o difícil momento que vivemos politicamente neste País, faz com que eu possa afirmar a V. Exa. que, talvez essa idéia que parece magnífica, é impossível de ser realizada, quando o Sr. Presidente, o Supremo Chefe Político negou peremptoriamente a colocação de uma abertura em termos de democracia plena desta Nação, pelo menos na atual conjuntura nacional.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI – Agradeço o aparte de V. Exa., que traduz quicá o pensamento da maioria da classe política da Nação, mas, Sr. Deputado, me permito responder as considerações de V. Exa., num trecho mais adiante do meu discurso, quando abordarei se devemos nos conformar com as palavras do Sr. Presidente da República, ou se, como homem responsável, digno, e acreditando numa democracia e na capacidade de resolver os seus próprios problemas, o brasileiro tenha que se conformar com isto, ou partir em busca de novas soluções.

Dizia eu que esta Constituição teria vigência no momento que o novo Presidente da República tomasse posse nesta Nação. Mas na minha sugestão, (lendo): “além destes constituintes eleitos diretamente pelo povo, outros fariam parte da Assembléia, pois não podemos desconhecer instituições sagradas que temos, como o Congresso Nacional, as Forças Armadas, a Presidência da República, o Supremo Tribunal Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Nacional dos Bispos, a Associação Brasileira de Imprensa e outras instituições que a tradição da Nação consagrou. Acredito que deste Colégio, com todas as tendências e tradições dos nossos costumes, teria as condições ideais de legar ao Brasil, a estabilidade constitucional que ele tanto anseia, pois questões de alta indagação como se constituem hoje a incorporação de maior gama de poderes ao Executivo, a necessária independência e harmonia dos poderes entre si, enfim, tudo isso, seria estudado e cristalizado na nova constituição brasileira, destinada portanto a criar o tão decantado modelo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na última sexta-feira o eminente Presidente da República, em oração que dirigiu aos brasileiros, deixou claro que o Governo não pretende abrir mão dos poderes excepcionais.

Por coincidência, (veja a ironia, nobre Deputado Gabriel Sampaio) nas mesma hora e momento, na cidade de Porto Alegre o meu partido realizava o encontro nacional do Setor Jovem do MDB, lá comparecendo delegações de 10 Estados, para traduzir o entendimento que nossa juventude faz do atual momento histórico que vivemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desempenhamos nesta Casa, como os demais homens do MDB, quer no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas, e também os dignos componentes do Partido Situacionista, um mandato popular, e, que para sermos fiéis ao voto recebido, teremos, ao menos, que demonstrar a vontade e a preocupação de que se encaminha a Nação para o Estado de Direito. Conformarmos-nos que a Nação fique indefinidamente sob a ameaça do arbítrio e da prepotência, não será conduta de homens dignos e livres. Muito embora seja de admirar a conduta do atual Presidente, pela serenidade que tem demonstrado, não é menos verdade que amanhã outro, em seu lugar, tenha o mesmo temperamento e bom senso. Por isso mes-

mo entendo que se permita a conclusão deste mandato presidencial, mas que se tomem medidas para a volta ao Estado de Direito. Se hoje, temos um Presidente altamente democrático e honesto, ninguém estará livre de que amanhã aconteça o mesmo. Se hoje temos assegurada a liberdade de expressarmos a qui esta sugestão, ninguém nos poderá assegurar amanhã de que o mesmo venha acontecer, quando parlamentares foram caçados sem culpa aparente, mas pelo simples fato de discordarem em voz alta da orientação que se imprimiu ao País.

Querer uma nova constituição e não querer a volta ao passado. É pugnar para que o futuro da nossa pátria possa ser entrevisto por todos. Aí está Portugal, que por não ter vivido a prática democrática, hoje se avizinha de uma guerra civil.

Queremos um Brasil gigante e forte, com desenvolvimento de segurança para o Estado e para a cidade, pois como pessoa é um ente voltado para a liberdade e criação”.

Por isto, deixo esta modesta sugestão, que tem mais o sentido de alertar a classe política para que não se conforme com a interpretação dada pelo atual Presidente da República, pois que é pensamento de S. Exa. e talvez traduza o pensamento dos que governam este País.

Hoje, datíssima vênica dentro do mais sagrado direito natural da pessoa, que transcorre através do seu poder de criação, através do seu livre arbítrio, de procurar soluções democráticas, fazemos a nossa sugestão, porque o Estado sempre viveu na perspectiva de três momentos, passado, presente e futuro. Somos essencialmente um País democrático, vivemos num regime de exceção, mas queremos um futuro democrático, livre e altaneiro, para esse futuro, em que pese a atual interpretação dos nossos governantes, um povo em que os seus representantes, essencialmente nós Srs. Deputados, acreditamos, tenhamos a tarefa de encontrarmos, através deste “jeitinho brasileiro”, como disse anteriormente, deste Poder de imaginação própria do povo brasileiro, criarmos um Estado e um modelo de Governo Político “sui generis”, mas delegarmos à geração futura, numa nova constituição, para que, amanhã ao se instalar na Presidência da República um homem não com o mesmo equilíbrio e com o mesmo bom senso que tem o atual Presidente da República, não venhamos a amargar e enveredar por um caminho que venha até certo ponto ferir profundamente a Nação. Este é o requerimento que, através de V. Exa., solicito aos nobres Pares desta Casa que me dêem um apoio, para que seja encaminhado cópia deste pronunciamento ao Sr. Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, à Ordem dos Advogados do Brasil, à Associação Brasileira de Imprensa, ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil e aos representantes das Forças Armadas, a títulos de sugestão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont. Não se encontrando presente o Deputado Lázaro Dumont, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk. Estando ausente o Deputado Luiz Carlos Zuk, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Não se encontrando no Plenário, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO – (Lendo): “Quem é contra as injustiças e não permite que as mesmas sejam praticadas contra o povo, tem o dever e tem autoridade para apontar aqueles que abusando do poder, nutrem pensamentos subalternos de vingança, ferem os direitos e prevaricam a liberdade dos que por, circunstâncias, estão subjugados aos seus instintos”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 4 de julho próximo passado, dirigi-me pela primeira vez a um dos Srs. Secretários do Estado dos Negócios do Governo; dirigi-me à Secretaria de Saúde, para pedir ao Sr. Secretário ARNALDO BUSATO, reconsideração de um ato pecaminoso, de um expediente espúrio, o de uma portaria injusta e revestida de característica indecente, por se tratar de ato exclusi-

vamente político, insultante, baixo e característico, do procedimento mais comezinho e inadmissível principalmente em se tratando de onde partiu, de uma Secretaria de Governo, da Secretaria de Saúde e Bem Estar do Estado do Paraná, célula que teria que ser viva, vibrante e revestida de respeito e de autoridade.

Como sabe V. Exas., no início do mês de junho, denunciei desta tribuna, uma carta, ou melhor dizendo, um "bilhetinho" assinado pelo Prefeito Municipal, de Ribeirão do Pinhal, e assinado também pelo chefe político de uma das ARENA daquele município, referendado com a assinatura do deputado arenista daquela região, o Deputado Gabriel Manoel, e em cujo "recadinho" se lia entre outros dizeres - O PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DO FUNCIONÁRIO DO POSTO DE SAÚDE DAQUELA CIDADE "FUNCIONÁRIO COM DEZOITO ANOS DE SERVIÇOS PRESTADOS AO ESTADO" sob a prática justificativa, que o funcionário deveria ser transferido imediatamente, porque tinha renunciado o partido do Governo, a ARENA, e ingressado no Movimento Democrático Brasileiro.

Não acreditávamos de forma alguma, e custamos a acreditar mesmo agora, quando o fato já se encontra consumado, que um Secretário de Estado pudesse descer de seu cargo magistral de responsabilidade no concerto administrativo de um Estado grande como é o Estado do Paraná, e se entregar aos expedientes espúrios, inumanos e tão pequenos, tão baixos mesmo como aquele expediente assinado pela malssinada força política que representa Ribeirão do Pinhal, perante o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado. Depois dos acontecimentos, mesmo fechando os olhos da consciência, não podemos ver aquela Secretaria como órgão do Governo, mas sim como fonte de provimento de recadinhos de Prefeito "Corrupto", de chefe político "Cacique" e de deputado que desonra o seu mandato, advogando a perseguição contra pessoa honrada.

Em 19 de junho, a Secretaria...

O SR. GABRIEL MANOEL - V. Exa. está sendo um pouco desleal com sua própria consciência, desrespeitando esta Casa de Leis, onde devemos trazer as nossas reivindicações, os nossos protestos, mas esta Casa não deve se tornar um "muro de lamentações". Quando V. Exa. fala em prefeito corrupto, quando V. Exa. fala em subversão, V. Exa. tem que olhar os dois lados da medalha.

Não admito que V. Exa. jogue lama no nome do Sr. Arnaldo Busato, que é um homem honrado, digno. Se aquele funcionário foi transferido de Ribeirão do Pinhal, é porque é tão corrupto como V. Exa. considera o outro. Este funcionário fazia política dentro de um Posto de Saúde, este funcionário abarganhava remédios da Secretaria da Saúde e V. Exa. tem conhecimento e procura tapear. V. Exa. está pactuando com isto e joga lama no nome de homens que nada devem a V. Exa. a não ser admiração e respeito a V. Exa. deve ter este respeito a seus amigos e inimigos, porque é um ditame de Cristo.

V. Exa. está dizendo uma mentira deslavada. V. Exa. chama Arnaldo Busato de homem pequeno. Um homem que durante toda a vida foi um apanágio da honestidade. Em sua Secretaria, Arnaldo Busato recebe os deputados da ARENA e do MDB com o devido respeito, porisso não admitimos que V. Exa. fale dele pelas costas. V. Exa. teve a oportunidade de falar ao Secretário da Saúde e Bem Estar Social, mas V. Exa. foi rastejando para um apadrinhamento seu continuasse fazendo política para V. Exa., usando da Secretaria da Saúde, usando de um cargo onde não deve ser feita política. Usando de remédios que se destinam aos pobres, aos necessitados e que devem ser distribuídos sem demagogia.

Quero dizer a V. Exa. que modere sua linguagem, pelo amor de Deus, se tiver amor à sua vida e a de seus filhos, porque V. Exa. há de pagar por esta língua ferina.

O SR. LÚCIO MACHADO - Infelizmente o Deputado Gabriel

participa com pouca decência...

O SR. GABRIEL MANOEL - Decência não tem V. Exa.

O SR. LÚCIO MACHADO - ... num gesto que não representa de forma alguma a atitude benéfica de um parlamentar. Porque V. Exa., hoje, acusa o homem que pediu que fosse retirado da Unidade Sanitária de Ribeirão do Pinhal. Enquanto esse homem, por um período de 18 anos, participou da sua política, aceitou a sua decisão; aceitou a política e a determinação do prefeito corrupto, esse homem era bom; esse homem não foi perseguido, permaneceu no posto em Ribeirão do Pinhal.

Mas, quando ele deixou de acatar as decisões, começou a ser perseguido pelo Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Saúde e do Bem Estar Social, esse homem com 18 anos de serviço, pai de sete filhos, que recebe um salário de fome, e de miséria, foi transferido. E V. Exa. diz que eu ofendo a dignidade do Sr. Secretário Arnaldo Busato.

Quero dizer, nesta oportunidade, que fui mal recebido naquela Secretaria, que pedi de joelhos a S. Exa. o Sr. Secretário da Saúde, que deixasse sem efeito aquele ato injusto que prejudicava aquele homem que há 18 anos havia prestado serviços.

Não tenho a mínima consideração pelo Secretário Arnaldo Busato, porque não tenho compromisso com S. Exa., como não tenho compromisso com o partido do Governo.

Tenho compromisso, sim, com o povo que clama por justiça, com o povo que está sendo apunhalado pelas costas por Deputados como V. Exa. que leva recadinhos à Secretaria e pede ao Secretário que degole um pai de família que há 18 anos presta serviços ao Estado do Paraná.

O SR. GABRIEL MANOEL - V. Exa. está mentindo.

O SR. LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, pediria que se anotasse as ofensas e as calúnias que me faz o Deputado Gabriel Manoel, ofensas que dirige a este Deputado que se encontra na tribuna, com as prerrogativas e os direitos que lhes são concedidos por lei.

Mas, continuando, Sr. Presidente, (lê): "Em 19 de junho de 1975, a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde, em atendimento do bilhetinho "humilhante" por mim denunciado desta tribuna que pedia a transferência do funcionário do Posto de Saúde, daquela localidade, por ter o mesmo se transferido da Arena para o MDB, e fazia baixar o malsinado ato de designação que se lê:

"Secretaria de Saúde e Bem Estar Social  
Departamento de Unidades Sanitárias  
Portaria nº 271/75

O Diretor do Departamento de Unidades Sanitárias, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o protocolo sob o número 2465/75,

R E S O L V E:

Designar:

NOURISVAL MENDES FERREIRA, auxiliar sanitário nível 10, da Unidade Sanitária de Ribeirão do Pinhal, para prestar serviços na Unidade Sanitária de Quatiguá, no 19 Distrito Sanitário até posterior deliberação.

Departamento de Unidades Sanitárias, em Curitiba, em 19 de junho de 1975.

Assinado - DR. ANDRÉ ZENYR LAGO - Diretor".

A Unidade Sanitária de Ribeirão do Pinhal, município que congrega aproximadamente 30 mil habitantes, só tem, como chefe e como pessoal daquela Unidade, o homem que foi transferido para satisfazer a deliberação dos poderosos representantes do Governo daquela localidade. Ficou abandonado, portanto, a Unidade Sanitária de Ribeirão do Pinhal, porque o funcionário que lá estava, foi designado para prestar serviços na Unidade Sanitária de Quatiguá, município que não congrega nem a metade da população que existe em Ribeirão do Pinhal. Ficou Ribeirão do Pinhal sem atendimento no Posto de Saúde e o pior crime



Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o prefeito da cidade está distribuindo na Prefeitura os medicamentos que a Saúde manda para Ribeirão do Pinhal, Prefeito que nada entende de saúde, Prefeito que não entende de honestidade, porque, inclusive, está enunciado em matéria de justiça, por emissão de cheque sem fundos e delapidação do erário público e isso eu provarei, na hora em que quiserem, com documentos que tenho em mãos.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte?  
(Assentimento).

Inicialmente devo dizer que reconheço na pessoa do Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, um homem equilibrado e um administrador altamente preocupado em que os negócios daquela Pasta tenham o desenvolvimento do seu trabalho dentro de um clima sempre de muita justiça funcional. Há alguns dias, o Sr. Secretário Arnaldo Busato comentava o episódio da transferência do Sr. Nourisval Mendes Ferreira, fiscal sanitário do município de Ribeirão do Pinhal, para Quatiguá, e dizia S. Exa., que muito embora as implicações que a primeira vista pudessem não estar muito claras, quanto aos motivos determinantes desta transferência, pudessem até estar obscuras, que o próprio funcionário se confessava satisfeito, porquanto estava em Quatiguá encontrando uma situação funcional melhor.

Diante dessa informação, que é uma informação séria, de um homem sério, que é o Sr. Secretário de Saúde, indaguei de S. Exa. se o Sr. Nourisval admitiu estar satisfeito funcionalmente, e não reivindicar, absolutamente, seu retorno para a unidade sanitária de Ribeirão do Pinhal, porque, se válida essa informação, quer me parecer que o Sr. Secretário deverá ter atendido a interesses do próprio funcionário, que segundo estou informado, manifestou-se satisfeito e não desejando mais criar nenhum problema, no retorno à unidade sanitária de Ribeirão do Pinhal.

Se isso é válido, não há porque aceitarmos também as críticas veementes que V. Exa. dirige a S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LÚCIO MACHADO – Agradeço o aparte, respeitoso de V. Exa., e que me dá oportunidade de esclarecer a informação dada pelo Sr. Secretário de Saúde a V. Exa. Há aí uma inveracidade, digo inverdade: primeiro, porque não me propus advogar a causa daquele funcionário. Sem que tivesse conhecimento de sua condição para exercer como está exercendo, bom funcionário que sempre foi – isso prova a sua caminhada de 18 anos de serviço – sei que o Sr. Nourisval Ferreira tem uma casa onde reside, que é sua, embora modesta, mas o seu tempo de trabalho, aliado ao seu espírito de economia, permite que viva com sua esposa e 7 filhos, na cidade de Ribeirão do Pinhal. Recebe menos de 700 cruzeiros por mês de vencimento e sua esposa, como funcionária de outro Departamento, recebe pouco mais de 300 cruzeiros, chegando o total da renda da família, composta de 9 pessoas a mil cruzeiros.

Nourisval não tem condições de se deslocar de Ribeirão do Pinhal com a família para dar atendimento à portaria baixada pela Secretaria da Saúde. Isto procurei esclarecer ao Sr. Secretário e ele irreversivelmente disse não.

Venho aqui, até, com certa veemência porque nada fui pedir para mim, fui pedir para a própria Secretaria porque a dignidade, a honradez e a ação ativa de Nourisval está caracterizada pelos 18 anos de trabalho que vem prestando ao município de Rib. do Pinhal, na estrutura da Secretaria de Saúde.

Nourisval já se apresentou em Quatiguá. Já está servindo naquela localidade com prejuízos horribes porque, naturalmente, seu vencimento não dá nem mesmo para pagar a passagem para que ele vá prestar seus serviços. Pedi de joelhos ao Secretário, pedi que fosse humano, muito mais que Secretário e disse que ali estava sendo cometido um pecado que ficaria marcada por muito tempo. No entanto o Secretário disse que não.

Verificamos, também, que um crime está sendo cometido naquela localidade, porque o Prefeito Municipal é quem está

distribuindo na Prefeitura o leite e o alimento que se distribuía através daquela Secretaria.

Estão sendo distribuídos remédios também, é perigoso...

Mas, se me permite, Sr. Deputado, vou continuar fazendo o relato dos fatos: (LENDO):

“Por um período de dezoito anos longos, NOURISVAL MENDES FERREIRA, um dos mais dignos chefes de família de Ribeirão do Pinhal, vem prestando serviços ao Estado do Paraná junto à Secretaria de Saúde, sem que até o presente, houvesse o seu departamento, advertido pelo menos por falta de exação e zelo e as suas obrigações funcionais; além de estimado por todos NOURISVAL, cumpriu diuturnamente nesses longos anos, com honradez, com decência amor e devoção as suas obrigações funcionais, embora recebendo salários de fome, escudava-se pelo seu espírito de economia, e sempre se destacou como um verdadeiro funcionário público, que se presa acima de tudo pela honra, pela dignidade e pelo trabalho desprendido. Entretanto, homem da estirpe de Nourisval, não podia acompanhar partidariamente um prefeito que em 15 de maio de 1974, foi denunciado ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, por uma série de crimes que envolve a economia daquele município, principalmente por emissão de cheques sem fundos e delapidação do erário público do município de Ribeirão do Pinhal, por isso mesmo, se transferiu para o partido da Oposição, sem que com isso diminuisse a sua assiduidade no cumprimento de suas obrigações funcionais.

É um funcionário respeitado, respeitado por todos, menos pelo prefeito corrupto de Ribeirão do Pinhal, menos pelo chefe político de uma das Arenas daquela localidade, que faz questão de afirmar aos quatro ventos do município que a sua posição financeira tem poderes para decidir as eleições daquela localidade, comprando a pobreza com os recursos que dispõe ao preço que lhes seja ofertado – menos o Deputado Gabriel Manoel, que vê em Nourisval a força da popularidade que ele soube conquistar através da lealdade, do trabalho e da honradez acima de tudo –, menos ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social do Paraná, que conforme caracterizou, está acima dos interesses de sua Secretaria, os espúrios interesses políticos partidários.

Nourisval Mendes Ferreira, deixou de pertencer à Arena de Ribeirão do Pinhal, e passou a integrar o MDB, embora sabendo que sua atitude haveria de custar-lhes a perseguição, porque segundo ele próprio já havia durante o tempo que integrou a Arena, observou fatos de verdadeira injustiça praticados pelos comandantes do partido, contra aqueles que por ventura discordassem com as determinativas dos chefes comandantes do organismo partidário daquela localidade. Sua atitude de mudança foi cobrada através do meio mais espúrio, a Portaria 217/75, da Secretaria de Saúde, lhes designou para prestar serviços a uma distância de 100 km da localidade de sua residência, seus algozes sabendo que o seu miserável vencimento não lhe proporcionaria nem mesmo a condição de mudança, sabendo que ele tem uma família numerosa, entenderam que com a represália ele voltaria a reintegrar a Arena, em troca da sua permanência em Ribeirão do Pinhal.

Nourisval trouxe-me a conhecimento o fato ocorrido. Entendi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que houve um erro imprevisto por parte do Sr. Secretário de Saúde ao admitir o registro da Portaria que transferiu o suplicante, embora estando no interior, a exemplo da maioria dos Deputados, que em aproveitamento do recesso de julho, foram ao encontro de suas bases eleitorais com as quais têm compromissos, eu também estava na minha região, e, ao saber do acontecido, no dia 4 de julho vim a Curitiba...

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência comunica V. Exa., que lhes restam 2 minutos para concluir.

O SR. LÚCIO MACHADO – (Continua a leitura):

... me dirigi pela primeira vez a um Secretário de Estado, me dirigi ao Sr. Dr. Arnaldo Busato, para solicitar reconsideração do ato que transferia Nourisval, do Município de Ribeirão do

Pinhal para o município de Quatiguá, não acreditando mesmo que o referido ato tivesse sido levado a efeito por sua determinação, porque, até aquele momento não podíamos acreditar que um Secretário de Estado pudesse descer até o ponto de se transformar em promotor de perseguições infames, para satisfazer homens públicos recalçados e contaminados pela falta de decência, pela falta de respeito ao próprio direito humano.”).

Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu escrevi, e o que escrevi, escrevi. O tempo não me dá tempo para que eu leia aquilo que foi escrito. Entretanto, entregarei à Mesa o “script” que fiz sobre o fato das ligações dos acontecimentos contra Nourisval Mendes Ferreira, e faço aqui, por último, um requerimento de última entrância. Requeiro ao Sr. Governador do Estado, a quem continuarei aqui criticando veementemente se não tomar providências a fim de deixar sem efeito esta Portaria. Pedirei veementemente a S. Exa. o Sr. Chefe do Executivo do Estado do Paraná, que deixe sem efeito através dos seus bons ofícios, a Portaria que determinou a transferência deste funcionário de maneira fraudulenta, perseguidora, violenta, que desonra a representação política naquele município. Peço vênha a S. Exa. para proceder a leitura do requerimento que faço ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica ao nobre Deputado que a Hora do Expediente é improrrogável.

O SR. LÚCIO MACHADO – Agradeço a V. Exa. e entregarei à Mesa para que providencie neste sentido do envio do requerimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. – APOIADO. – Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do Expediente. Necessita de apoio. APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 41/74, de autoria do Dep. Aryzone Mendes de Araujo, que autoriza o Poder Executivo construir prédio destinado ao funcionamento do Centro de Saúde da cidade de Francisco Beltrão.

Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. – Aprovado.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 146/74, de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga Ramilândia à BR-227, no município de Matelândia, via Diamante do Oeste.

Pareceres contrários da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. – Rejeitado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 39/75, de autoria do Dep. Lineu Turra, que integra em caráter prioritário no Plano Rodoviário Estadual, os serviços de retificação e pavimentação da estrada que liga as cidades de Palmeira e Ponta Grossa.

Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. – Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 39/75, de autoria do Dep. Egon Pudell, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, da cidade de Medianeira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. – Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 209/73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem 103/73, encaminhando anteprojeto

de Lei que estabelece o índice de percentual de participação na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias – ICM, pelo Município de Francisco Alves.

Parecer favorável da C.C.J. e

PELA DEVOLUÇÃO AO PODER EXECUTIVO da C.F. –

Aprovada a devolução ao Poder Executivo.

#### Comissão de Constituição e Justiça PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 269/73

Autor: Poder Executivo.

Tendo como origem Mensagem Governamental, o Projeto de Lei ora em exame objetiva estabelecer o índice percentual de participação na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias – ICM, pelo Município de Francisco Alves, criado pelas Leis 6314, de 24 de agosto de 1972 e 6324 de outubro, do mesmo ano.

A medida é oportuna e atende as exigências constitucionais e legais, razão porque o meu parecer é favorável, sub-censura.

Sala das Comissões,

aa) WILSON FORTES – Presidente  
OVIDIO FRANZONI – Relator

#### Comissão de Finanças PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 269/73.

NO MÉRITO. –

Havendo sido suspensas as eleições no mencionado Município e consequentemente tendo sido adiada sua instalação, opinamos no sentido de que seja o presente projeto devolvido ao Executivo, para os devidos fins.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1974.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente  
GILBERTO CARVALHO – Relator.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 136/74, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o município de Curitiba, com a finalidade de construir na estrada do Cavalo Baio, ligação Curitiba-Araucária, com uma ponte de concreto sobre o Rio Barigüí.

Pareceres Contrários da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. – Rejeitado.

#### PROJETO DE LEI Nº 136/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### D E C R E T A:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o município de Curitiba, com a finalidade de ser construída, na estrada do Cavalo Baio (r940), ligação Curitiba-Araucária, uma ponte de concreto sobre o Rio Barigüí.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 1974.

a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICAÇÃO. –

A ponte atualmente existente é de madeira e seu estado é precário.

Dado o grande volume de tráfego ali registrado, não apenas para o escoamento da produção agrícola das zonas circunvizinhas, mas também para o transporte das populações trabalhadoras e estudantis, a ponte tal como se apresenta não oferece um mínimo de segurança.

Além disso, com os trabalhos de implantação da Refinaria da PETROBRÁS, em Araucária, por essa ponte transitam diariamente viaturas transportando equipamentos pesados e de grande porte, o que poderá agravar a precariedade do estado da citada Ponte.

A autorização para a celebração do convênio é constituo-

nalmente admissível e tecnicamente adequada, em vista da urgência da celebração do convênio pretendido.

Comissão de Constituição e Justiça

#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 136/74

O nobre Deputado Erondy Silvério objetiva autorizar o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Curitiba, a fim de construir na estrada Cavalo Baio (R. 940), ligação Curitiba-Araucária, uma ponte de concreto sobre o rio Barigui.

O Deputado Fabiano Braga Côrtes, designado relator do presente Projeto, emitiu parecer favoravelmente ao mesmo, por entendê-lo constitucional e legal.

Todavia, a nosso ver, o Projeto fere frontalmente o disposto no art. 35 da Constituição Estadual, que reserva ao Poder Executivo a competência da iniciativa das leis que, "de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

Considerando, ainda, que as obras que se realizam na citada região, possuem uma planificação para aquela área, em razão da implantação da Cidade Industrial e da implantação da Refinaria da Petrobrás, em Araucária.

Nessas condições o nosso voto é pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei, por INCONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Reuniões, em 09 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETO – Presidente  
DENI SCHWARTZ – Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 136/74

O nobre ex-deputado Erondy Silvério, apresentou o presente Plano de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio, com o Município de Curitiba para o fim de ser construída na estrada que liga Curitiba a Araucária, uma ponte de concreto sobre o rio Barigui.

Em sua justificativa o mencionado ex-parlamentar, esclarece que a ponte atualmente existente é de madeira, sendo o seu estado precário e dado o grande volume de tráfego ali registrado, não apresenta condições e nem oferece segurança.

A douta Comissão de Constituição e Justiça ao analisar o referido Plano de Lei opinou pela sua rejeição, por ser inconstitucional.

No âmbito desta Comissão, mencionado Projeto de Lei não encontra amparo legal, visto que contraria disposição expressa da nossa Carta Magna, que estabelece a competência privativa do Chefe do Poder Executivo, de iniciativa de Leis "que de qualquer modo autorizem, criem, ou aumentem a despesa pública."

Face ao acima exposto, nosso parecer é pela rejeição do Projeto de Lei em tela.

Sala das Comissões em 29 de abril de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente  
ARAGÃO DE MATTOS LEÃO – Relator.

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 136/74.

De autoria do ex-Deputado Erondy Silvério, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com o Município de Curitiba, com a finalidade de ser construída, na estrada do Cavalo Baio, ligação Curitiba-Araucária, uma ponte de concreto sobre o rio Barigui.

Conforme os pareceres, em sentido contrário, já emitidos pelas doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, entendemos que o presente plano de lei fere dispositivos da Constituição Estadual, pois efetivamente trata-se de aumento da despesa pública, competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Pelo exposto, nosso parecer é contrário, pela rejeição.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1975.

aa) ALFREDO GULIN – Presidente  
DAVID FEDERMANN – Relator.

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Carrilho Garcia, Presidente do Diretório Municipal do MDB de Formosa. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando seja enviado ofício ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que se digne determinar a distribuição de carteiras escolares e reforma em diversos prédios escolares estaduais. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no Plano Estadual de Estradas Vicinais a ligação de diversos Municípios. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente, solicitando seja endereçado a diversas autoridades federais, a título de sugestão, uma cópia autêntica do pronunciamento, nesta data, proferido pelo mesmo. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Nilso Squarezi, constante de expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, ressaltando o dia comemorativo ao Colono e ao Motorista, e envio de expediente ao Sr. Presidente da República, no sentido de que sejam determinadas medidas efetivas que permitam reter nas lavouras do interior do Estado os seus trabalhadores. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante de expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de descontentamento e desaprovação pela maneira deselegante e desatenciosa com que o Sr. Presidente da Sanepar, vem tratando a maioria das partes que o procura, principalmente o signatário deste e prefeitos de várias comunas do Estado. – REJEITADO.

Esta Presidência designa os Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira, Werner Wanderer e Nilso Squarezi, para representar esta Casa no Simpósio do Soja, a realizar-se em Porto Alegre, em atenção ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, aprovado em sessão do dia 27 de junho do corrente ano.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 07/75 e 39/75.

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 49/75 e 121/74.

Levanta-se a sessão.

#### PORTARIA Nº 313/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5401/75, de 4 de junho de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria

nº 173/75, a NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 314/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5383/75, de 4 de junho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a ZELMA LOPES WOJCIK, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 315/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5538/75, de 6 de junho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO, ocupante do cargo de nível PL "17", de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1974, a partir de 9 de junho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 316/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5490/75, de 5 de junho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, AMAURY DE OLIVEIRA E SILVA JUNIOR, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Divisão de Pessoal, do Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 317/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5730/75, de 11 de junho de 1975, deste Poder

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 172/75, a ALBINO DE BRITO FREIRE, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 318/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar a Portaria nº 57/75, na parte que se refere a PAULO MUNIZ TEIXEIRA DE FREITAS, funcionário adido a esta Assembléia Legislativa, a partir de 1º de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 319/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5315/75, de 3 de junho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, ANGELINA MARIA DO PILAR SOTOMAIOR E CÂMARA, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, para prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 1º de junho de 1975, no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado JORGE SATO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 321/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5278/75, de 3 de junho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a MARIA NEIDE BOZA STIVAL, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL "14", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença, para tratamento de saúde.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 322/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a ANTONIO MASSUCHETO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 323/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5717/75, de 11 de junho de 1975, deste Poder

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO, EDGAR DOS SANTOS BUQUERA, ROGÉRIO ANTONIO DO NASCIMENTO, NELSON EMILIO MARQUES e ORLANDO SABOTTO, todos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 324/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5289/75, de 3 de junho de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários LUIZ CARLOS CARON GROSSI, LUIZA ZACK VIANTE, LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA, NICANOR DE VASCONCELLOS E SOUZA e SAINT' CYR DE OLIVEIRA ROCHA, todos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 325/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5936/75, de 16 de junho de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 233/75, a ALFREDO PRESTA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 326/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5675/75, de 10 de junho de 1975, deste Poder

#### R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a NORBERTO HUSH, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 327/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5217/75, de 30 de maio, de 1975, deste Poder

#### R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria

nº 233/75, a ACIR VILLATORE, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 328/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5125/75, de 28 de maio de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a ANTONIO JOÃO GREBER, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 329/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5558/75, de 6 de junho de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários: ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN, ZENO PACIORNIK, PEDRO LIBERTI, CELIA MARIA GRACIA HATSCHBACK e CELI EUCLÉIA GALIANO, todos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 332/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5950/75, de 16 de junho de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E :

designar, WALTER CID RODRIGUES E SILVA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado Osvaldo Macedo, a partir de 1º de junho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 333/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E :

designar NILTON BUSATTO, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico nível PL "25", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS OLIVEIRA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 334/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

autorizar, JOSÉ ELIAS MARTINS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 1º de junho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 335/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

lotar, LÚCIA MARIA DA VEIGA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, junto a Divisão de Pessoal deste Departamento, a partir de 3 de junho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 336/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar, a Portaria nº 296/75, de 4 de junho de 1975, referente à funcionária adida a este Poder Legislativo, MARISA APARECIDA RIBAS, a partir de 1º de julho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 337/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6418/75, de 24 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários ANTONIO DOS SANTOS RIBAS, IZAURA BUENO, JOSINA PEREIRA e EDISON HEIBEL, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete do Diretor Geral, em 07 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 338/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3063/75, de 8 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

I – designar ANTONIO ADEMIR MENDES, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi; e, II – autorizar, o funcionário acima citado, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 09 de junho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 339/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6001/75, de 17 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, LÚCIA DE NEGREIROS ROCHA BARBALHO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado WALDENÍCIO BARBALHO, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 340/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6706/75, de 02 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, NEWTON LUIZ PUPPI, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado FABIANO BRAGA CORTES, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 341/75

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6296/75,

R E S O L V E :

autorizar, MARIA DOLORES DOS SANTOS, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 7 de julho de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 342/75

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6000/75, de 17 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :



designar, ACÁSSIO FRARE, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado DAVID FEDERMANN, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 343/75

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6517/75, de 26 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, MOACYR ELIAS FADEL, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado DÁCIO LEONEL DE QUADROS, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 344/75

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6707/75, de 02 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, MARISE CONCEIÇÃO PINTO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na LIDERANÇA do MDB, junto ao Gabinete do Deputado ERNESTO DAL'OGGIO, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 345/75

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6679/75, de 1º de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a LELINGTON LOBO FRANCO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 346/75

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6660/75, de 1º de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, A DIMITRYA PIRIH MARANHÃO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 347/75

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6708/75, de 02 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, MARIA JOSÉ CARNEIRO DOS SANTOS, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 348/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 3138/75, de 09 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n. 3/75, a NEY RODRIGUES, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 349/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6637/75, de 1º de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n. 173/75, a RICARDO SABOIA KHURY, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 350/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5999/75, de 17 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, MARLY POCKRANDT, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Departamento Administrativo, na Divisão de Protocolo Geral, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 351/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5998/75, de 17 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, GERALDA MACEDO SALDANHA, ora à disposição

deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado OSWALDO MACEDO, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 352/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6516/75, de 26 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, SILVETE LACERDA GOMES BOEING, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado ENÉAS FARIA, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 353/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6520/75, de 26 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, MOISÉS RODRIGUES DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 354/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5791/75, de 12 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, JOSÉ AFONSO BARAUNA MOREIRA, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 1º de junho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 355/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5928/75, deste Poder, de 16 de junho de 1975,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n. 173/75, a OLENI FERREIRA DE LIMA, do Quadro de Pes-

soal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 356/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5942/75, de 16 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a JOÃO MARIA SERPA, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 357/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5218/75, de 2 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, OSVALDO ALENCAR FURTADO, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Gabinete da 2ª Secretaria, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 1º de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 358/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5951/75, de 16 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a GILBERTO LAMPARELLI DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 359/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6215/75, de 20 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 233/75, a BOLIVAR CAMARGO BARROS, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

## PORTARIA Nº 360/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6329/75, de 27 de junho de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a ODAHIR COSMOS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

## PORTARIA Nº 361/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6283, de 23 de junho de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários FAUSTO LUIZ ABRY e MARIA DE LURDES BIZZETO REQUE, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

## PORTARIA Nº 362/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6360/75, de 24 de junho de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários IRACY DA SILVA RUDNIK, MARLENE PERRONE, JOÃO FARINHAK, JOSÉ CHECHELINSKI, GIOACHINO SUGAMOSTO, JONAS DE SOUZA PORTO E FRANCISCO DRANKA, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

## PORTARIA Nº 363/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6345/75, de 24 de junho de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a HENRIQUE WOJCIK, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

## PORTARIA Nº 364/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6416/75, de 24 de junho de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários AYNED MARIA REINERT TIZZOT, BLUMER BOSQUILIA e ELEOVAN CESAR RIBEIRO, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

## PORTARIA Nº 365/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.6388/75, de 24 de junho de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

## PORTARIA Nº 366/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.6427/75, de 24 de junho de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários ANA CRISTINA DE SOUZA, LUIZ FRANCISCO FONTOURA, PLACIDO CORDEIRO DE SOUZA, UMBELINA CARRARO DOS SANTOS e VALTER ANTONIO MARCHIORATO, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

## PORTARIA Nº 367/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.6422/75, de 24 de junho de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a WALTER ADÃO PINTO MACEDO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

## PORTARIA Nº 368/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.6437/75, de 25 de junho de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a ALELI DOS SANTOS, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 369/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.6419/75, de 25 de junho de 1975, deste Poder

R E S O L V E:

designar JULIETA SLOMSKI RAMOS, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 370/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.4930/75, de 19 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, para constituir grupo de trabalho, a fim de proceder o tombamento dos móveis, utensílios, instalações diversas, aparelhagem técnica e tudo mais quanto foi incorporado ao Edifício do Plenário deste Poder, os funcionários abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

CLOVIS STADLER DE SOUZA,  
AMADO ZONATO,  
EDU LIBERTI,  
JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI,  
NELSON FERREIRA DE ARAUJO FILHO,  
JOSÉ CHECHELINSKI,  
ANTONIO CARLOS DANTAS,  
JANDIR NARDIN,  
ABEL FREDIANO MARCHIORATO e  
ANTONIO GULBINO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 371/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. deste Poder,

R E S O L V E:

designar, AYRTON ALVES ARANHA, ocupante do cargo de nível PL-26, de Técnico de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, na Divisão de Pessoal, a partir de 1º de julho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 372/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 4398/75, de 7 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, JOSÉ BRUSTOLIN NETO, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, Inciso I,

da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a quarenta por cento, de seus vencimentos, a partir de primeiro de maio de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 373/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6781/75, de 3 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, NORMA ANDRADE MANOEL, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado GABRIEL MANOEL, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 374/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6922/75, de 09 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, NORMA ANDRADE MANOEL, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente ao limite máximo estabelecido pelo parágrafo único, Art. 1º, do Decreto Legislativo nº 69/75.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 375/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

autorizar, ANTONIO DA SILVA, ocupante do cargo oficial de Serviços Gerais, nível PL-23, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 1º de agosto de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 376/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

autorizar, NEUSA ALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Advogada, nível PL-26, do Quadro de Pessoal da Secretaria

desta Assembléia, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação de cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

#### PORTARIA Nº 377/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5247/75, de 30 de maio de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

- I— revogar a Portaria 83/75, que designou a funcionária MADALENA MARIA DE LIMA, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT; e,
- II— designar, a funcionária acima citada, a prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

#### PORTARIA Nº 378/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7108/75, de 15 de julho de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

revogar a Portaria 191/75, de 18 de abril de 1975, desta Assembléia Legislativa, que designou WALMIR REIS GONÇALVES, para prestar serviços na Liderança da "ARENA".

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

#### PORTARIA Nº 379/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E:

- I— revogar a Portaria 238/75, de 5 de maio de 1975, que designou ALCEU RAMOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL-14, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria do Departamento Administrativo, a partir de 15 de julho do corrente ano.
- II— designar o funcionário acima citado, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 15 de julho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

#### PORTARIA Nº 380/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7139/75, de 15 de julho de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários BOANERGES DE MENEZES CALDAS CASEMIRO MARQUES E GERSON EVANGELISTA PASSOS, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

#### PORTARIA Nº 381/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6975/75, de 10 de julho de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

designar JOSÉ DUARTE CANTELE, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

#### PORTARIA Nº 382/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6970/75, de 09 de julho de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

designar MARIA ALICE WOLFF PAULUK, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado LINEU TURRA, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

#### PORTARIA Nº 383/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7026, de 11 de julho de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

designar SÉRGIO KIRCHNER, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado ACCIOLY NETO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de Julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

#### PORTARIA Nº 384/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6969, de 09 de julho de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

designar IVES PONESTKE, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de Julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 385/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6968, de 10 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar JOSE CARLOS BARAUNA DE ARAUJO, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO  
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 386/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6943, de 09 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para o mês de novembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 173/75, a MADONA SEDILHA LOYOLA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 387/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7190/75, deste Poder, de 17 de julho de 1975,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pelas Portarias n.ºs 233/75 e 173/75, respectivamente, aos funcionários IZOLA GLISTAU BARRICHELO e MARIA ELIZABETE POLI KUROWSKI, ambas do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 388/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7194/75, de 18 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a LIDIA MUCHINSKI, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 389/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6825, de 7 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir as férias concedidas aos funcionários ALMIR DE

OLIVEIRA SANTOS, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para 1.º a 30 de outubro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 390/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7138, de 15 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 173/75, à funcionária JOSEFA KUCEK LEVANDOSKI, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 391/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7183, de 17 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 173/75, aos funcionários OSIRIS DE BRITO e VIDAL VANHONI, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 399/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6428/75, de 25 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

Art. 1.º – revogar a Portaria 185/75, que designou YEDA BARBOSA MENDONÇA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado BASÍLIO ZANUSSO;

Art. 2.º – designar a funcionária citada, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado WERNER WANDERER, até 31 de dezembro de 1975;

Art. 3.º – autorizar a referida funcionária, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários em mais 16,67 por cento de seus vencimentos, a partir de 18 de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor geral.

PORTARIA Nº 401/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6408/75, de 24 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 173/75, a JOSÉ AFONSO COELHO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de julho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral